CÂMARA MUNICIPAL DE ESTREMOZ**Aviso**

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 21 de Setembro de 2006, foi autorizada de harmonia com o artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, aplicado às autarquias locais por força do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, a transferência para o quadro privativo desta Câmara Municipal com início a 1 de Novembro de 2006 da técnica profissional especialista principal de organização e métodos Helena Maria Silva Pereira Russo, pertencente ao quadro de pessoal da Câmara Municipal de Beja.

31 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Alberto Fateixa*.
1000307851

Aviso

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 25 de Outubro de 2006, foi nomeada, com efeitos a 1 de Novembro de 2006, a técnica superior de organização e gestão estagiária Hélia Jesus Xarepe Passa técnica superior de organização e gestão de 2.ª classe, a qual deverá aceitar a nomeação para o respectivo lugar no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

31 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Alberto Fateixa*.
1000307852

CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS**Editais**

Alteração do Regulamento do Plano de Urbanização da Zona Industrial do Pinhal da Rebela-Várzea, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 41-A/2002, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 57, de 8 de Março de 2002.

Torna público que a Câmara Municipal de Felgueiras, na sua reunião de 8 de Novembro de 2006, deliberou, nos termos do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, abrir, a partir do dia 22 de Novembro e até ao dia 27 de Dezembro de 2006, o período de discussão pública da proposta de alteração do Regulamento do Plano de Urbanização da Zona Industrial do Pinhal da Rebela-Várzea, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 41-A/2002, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 57, de 8 de Março de 2002, proposta essa que poderá, juntamente com o parecer da CCDRN, ser consultada em qualquer dia útil, às horas de funcionamento dos serviços, das 9 horas às 12 horas e 30 minutos e das 14 horas às 15 horas e 30 minutos, no Gabinete de Atendimento, sito na Praça da República, Felgueiras.

Os interessados podem apresentar as suas reclamações, observações e sugestões através de carta, que contenha a sua identificação, entregue no Gabinete de Atendimento e dirigida à presidente da Câmara Municipal de Felgueiras.

10 de Novembro de 2006. — A Presidente da Câmara, *Fátima Felgueiras*.
1000307829

CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO**Aviso****Transferência**

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do signatário, datado de 31 de Outubro de 2006, foi autorizada a transferência, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, na redacção do Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Setembro, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, de Maria José Aguiar Ferreira Fernandes, assistente administrativa, do quadro de pessoal do município do Sabugal para idêntico lugar do quadro de pessoal desta autar-

quia, com efeitos a partir de 1 de Novembro de 2006. [Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos da alínea f) do n.º 3 do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

3 de Novembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *António Edmundo Freire Ribeiro*.
1000307870

CÂMARA MUNICIPAL DE FORNOS DE ALGODRES**Aviso****Licença sem vencimento por 90 dias**

Para os devidos efeitos se faz público que, no âmbito das competências detidas em matéria de gestão de pessoal [alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99], concedi, por despacho de 21 de Julho de 2006, licença sem vencimento por 90 dias, nos termos do artigo 74.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, ao operador de estações elevatórias e tratamento ou depuradoras Pedro Alexandre Andrade Pires, com início em 1 de Agosto de 2006.

23 de Agosto de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Severino Soares Miranda*.
1000307854

Aviso

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do presidente desta Câmara Municipal de 15 de Setembro de 2006, foram celebrados, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, e na alínea a) do n.º 3 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, contratos de tarefa com Carlos Filipe Ferreira Moreira, Filipe João Canes Vaz e Ricardo Jorge Lopes de Seixas Vasconcelos, válidos até ao final do ano lectivo. (Isentos de visto do Tribunal de Contas.)

28 de Setembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Severino Soares Miranda*.
1000307875

Aviso

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do presidente desta Câmara Municipal de 15 de Setembro de 2006, foram celebrados, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, e na alínea a) do n.º 3 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, contratos de tarefa com Elisete Pereira Bernardo de Sousa, Irene da Costa Ferreira Rodrigues e Noémia Chaves da Silva, válidos até ao final do ano lectivo. (Isentos de visto do Tribunal de Contas.)

28 de Setembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Severino Soares Miranda*.
1000307876

Aviso**Exoneração do cargo**

Para os devidos efeitos se faz público que concedi, por despacho de 17 de Outubro de 2006, a exoneração do cargo a Pedro Alexandre Andrade Pires, operador de estações elevatórias e tratamento ou depuradoras, com início em 1 de Novembro de 2006.

19 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Severino Soares Miranda*.
1000307869

CÂMARA MUNICIPAL DE GONDOMAR**Aviso****Discussão pública — Alteração ao alvará de loteamento n.º 28/93, lote n.º 31, freguesia de Gondomar (São Cosme)**

Major Valentim Loureiro, presidente da Câmara Municipal de Gondomar, torna público que, nos termos do artigo 27.º e do n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redacção actual, e artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, se irá proceder ao período de discussão pública do pedido de alteração do alvará de loteamento n.º 28/93, requerido pelo pro-

prietário do lote n.º 31, sito na Rua da Cavada, freguesia de Gondomar (São Cosme), a que respeita o processo camarário n.º 5032/89, pertencente a Carlos Alves Moura Fontes.

A alteração ao loteamento requerida por Américo José Silva Martins Sousa, consiste relativamente ao lote n.º 31 na introdução de cave, aumento da mancha de implantação, anexo e corpo de acesso à cobertura em terraço.

O período de discussão pública terá a duração de 15 dias e iniciará-se 8 dias após a data desta publicação.

O processo poderá ser consultado todos os dias úteis, das 9 horas às 12 horas e 30 minutos e das 14 horas às 16 horas e 30 minutos, no Departamento de Gestão Urbanística e Obras Particulares, sito na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, 93, Gondomar e as sugestões ou reclamações dos interessados deverão ser apresentadas por escrito, através de requerimento dirigido ao presidente da Câmara Municipal, identificando devidamente o seu subscritor e entregue pessoalmente ou remetido através do correio ao serviço acima mencionado.

Para constar e devidos efeitos se publica este aviso e outros que irão ser afixados nos lugares de estilo.

25 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Valentim Loureiro*.
3000219788

CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

Edital

Imposto municipal sobre imóveis (IMI) — Taxas aplicáveis para cobrança no ano de 2007

Torna público que, por deliberação tomada pelo executivo na sua reunião de 4 de Setembro passado, sancionada em Assembleia Municipal de 21 de Setembro findo, foram fixadas as seguintes taxas sobre imóveis para cobrança no ano de 2007, nos termos do n.º 1 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI):

- Prédios rústicos — 0,8%;
- Prédios urbanos — 0,8%;
- Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI — 0,5%.

Mais foi deliberado e, nos termos do n.º 7 do artigo acima citado, majorar em 30% a taxa aplicável a prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens.

Foi ainda deliberado nos termos do disposto no n.º 9 do mesmo artigo, majorar para o dobro a taxa aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono, nos termos legais, não podendo da aplicação desta majoração resultar uma colecta de imposto inferior a € 20 por cada prédio abrangido.

Para constar se publica este e outros de igual teor, que irão ser afixados nos lugares de estilo e publicados no *Diário da República*, 2.ª série e no jornal *Jornal O Ilhavense*.

23 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Agostinho Ribau Esteves*.
3000219811

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS

Aviso n.º 361/2006

Nomeação de técnico superior de 2.ª classe (arqueologia)

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho datado de 13 do corrente, foi nomeada definitivamente, nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho, e n.º 5 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 407/91 e 218/98, de 17 de Outubro e 17 de Julho, respectivamente, aplicável à administração local por força do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, sem prévio estágio, por ter sido dispensada, para um lugar vago de técnico superior de 2.ª classe (arqueologia) Maria Elena Morán Hernandez, candidata aprovada no concurso em epígrafe, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 211, de 3 de Novembro de 2005, devendo tomar posse do respectivo cargo no prazo de 20 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

24 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Júlio José Monteiro Barroso*.
1000307872

Aviso n.º 369/2006

Celebração de contrato de avença com Ana Teresa Ribeiro Mendonça Vieira

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho, datado de 17 de Julho de 2006, foi celebrado, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, e nos termos do n.º 3 da alínea a) do artigo 81.º do mesmo diploma, um contrato de prestação de serviços, em regime de avença, com a técnica Ana Teresa Ribeiro Mendonça Vieira, para prestar assessoria técnica, em matérias relacionadas com a arquitectura, urbanismo, ocupação da via pública e elaboração do relatório sobre o evento internacional «CINEPORT II», com início no dia 17 de Julho de 2006, por dois meses.

31 de Outubro de 2006. — Na ausência do Presidente da Câmara, a Vice-Presidente, *Maria Joaquina Baptista Quintans de Matos*.
1000307871

CÂMARA MUNICIPAL DE MATOSINHOS

Aviso n.º 442/2006

Discussão pública

Guilherme Manuel Lopes Pinto, presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, torna público, no uso das competências que lhe são atribuídas pelo artigo 684.º, n.º 1, alínea v), do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugado com o artigo 131.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com a nova redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, que na execução do que dispõe o n.º 2 do artigo 33.º, conjugado o n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, se procede à discussão pública da alteração da licença da operação de loteamento titulada pelo alvará n.º 32/74, passado em nome de Cércea — Sociedade de Investimentos Imobiliários, L.ª, respeitante ao terreno localizado na Rua de Berna, 175, na freguesia da Senhora da Hora, descrito na Conservatória do Registo Predial de Matosinhos sob o n.º 2662, inscrito na matriz sob o artigo 2992.

Mais torna público que a referida alteração foi requerida por Hermano Manuel Pereira Padrão, para o lote n.º 113, e consta do seguinte — alteração do número de fogos de um para dois fogos.

Os interessados devem dirigir por escrito as suas sugestões ao presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, dentro do prazo de 15 dias após publicação do presente aviso no *Diário da República*, 2.ª série, parte especial (antiga 3.ª série).

23 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Guilherme Manuel Lopes Pinto*.
1000307828

CÂMARA MUNICIPAL DE MEALHADA

Aviso

Concurso externo de ingresso para provimento de um lugar de mecânico

1 — Nos termos do disposto no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, torna-se público que, por meu despacho de 3 de Outubro de 2006, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis contados a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso externo de ingresso para provimento de um lugar de mecânico, pertencente ao grupo de pessoal altamente qualificado, do quadro de pessoal do município de Mealhada.

2 — O concurso visa exclusivamente o provimento da vaga mencionada, esgotando-se com o seu preenchimento.

3 — Ao presente concurso são aplicadas as regras constantes do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, e o Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com a redacção dada pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

4 — O conteúdo funcional do lugar a prover é o constante do despacho n.º 4/88, publicado no *Diário da República*, de 6 de Abril de 1989.

5 — A remuneração a auferir é a correspondente ao escalão 1, índice 189, a que corresponde o vencimento mensal de € 608,43.